

De plantadores de farinha a colhedores de água: uma leitura epistemológica do Sistema Tradicional da Agricultura Camponesa no Maranhão

Jackson Bouéres Damasceno Junior¹ 

Universidade Estadual do Maranhão

Rumi Regina Kubo² 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dossiê | Dossier | Dossier

DOI do artigo: 10.22481/odeere.v6i2.9666

RESUMO

Propõe-se a discussão de alguns aspectos intrínsecos ao processo de produção de farinha modulado por tecnologias de organização social e produtiva, com destaque para os serviços ambientais originados durante essas atividades. Os serviços ambientais são maiores do que os consumidos e atribuem a esses povos um importante papel dentro do processo de sustentabilidade em um ecossistema frágil. Esta pesquisa possui abordagem qualitativa e quantitativa, e inclui incursões etnográficas feitas pelos pesquisadores. As análises indicam a importância do reconhecimento do Estado através de políticas públicas estruturantes e não de ações de transformação social, que não validam os sistemas de produção tradicional.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural, Sistemas agrícolas tradicionais, etnodesenvolvimento.

From flour planters to water harvesters: an epistemological reading of the traditional farming system of peasant agriculture

ABSTRACT

It is proposed to discuss some intrinsic aspects of the flour production process modulated by social and productive organization technologies, with emphasis on the environmental services originated during these activities. Environmental services are greater than those consumed and attribute to these peoples an important role in the process of sustainability in a fragile ecosystem. This research has a qualitative and quantitative approach, and includes ethnographic incursions made by researchers. The analyzes indicate the importance of recognition by the State through structuring public policies and not social transformation actions, which do not validate traditional production systems.

Keywords: Rural development, Traditional agricultural systems, ethnodevelopment.

Submetido em: 14/10/2021 | Aceito em: 03/11/2021

Introdução

Indubitavelmente, as discussões sobre as múltiplas funções da agricultura no meio rural não podem mais ser vistas como domínio exclusivo da atividade agrícola e dos agricultores. Com o tempo, muitas outras atividades passaram a ser

¹ Engenheiro agrônomo, mestre em agroecologia (UEMA) e doutor em desenvolvimento rural (UFRGS), desenvolve pesquisas nas áreas de sistemas produtivos desenvolvidos por populações tradicionais especificamente quilombolas e indígenas. E-mail: jbagroeco@gmail.com

² Bióloga, Artista Plástica e doutora em Antropologia Social (UFRGS), professora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (UFRGS) desenvolvendo pesquisas na área de povos e populações tradicionais. E-mail: rumikubo2002@gmail.com

desenvolvidas e a compor o rol das potencialidades econômicas.

O processo de adequação de uma produção destinada ao autoconsumo para uma produção que abastece as expectativas do mercado tem produzido algumas tecnologias de gestão e organização da produção e das sociedades, as quais podem justificar esse alargamento na escala de produção. Ademais, essas tecnologias têm possibilitado a percepção de diferentes funções das sociedades rurais.

Muito distante de tornar os agricultores capitalistas contumazes, as necessidades dos insumos produtivos têm mostrado a capacidade dos agricultores em inovar e de serem donos dos seus destinos, responsabilizando-se e adequando as inovações aos seus meios de vida. Assim, eles dão continuidade à formulação de sua cultura produtiva, em muitos casos repudiando completamente as inovações apresentadas e denotando autonomia e respeito às práticas tradicionais.

Nesse contexto, surge a discussão central proposta neste texto, que é observar os impactos mais significativos no processo de entrada do capital financeiro e de todo o seu complexo na realidade das famílias de agricultores tradicionais, que respondem de acordo com as suas necessidades específicas.

Conceitualmente, a discussão da multifuncionalidade propõe que, para os agricultores existirem, eles necessitam desenvolver condições ideais para as formas autóctones de “fazer agricultura”. Essa abordagem amplia significativamente o universo das tarefas das famílias, uma vez que impõe a responsabilidade sobre o meio físico onde estão inseridas.

Diante disso, o papel do Estado também se transfigura. Para que ele realmente cumpra a sua função social é necessário a existência de políticas públicas orientadas ao enfoque sistêmico, levando em consideração o meio ambiente, a cultura e as relações históricas construídas. Efetivamente, esse é o modo pelo qual podem ser alcançados os objetivos de promoção do desenvolvimento.

Portanto, é necessário chamar a atenção da sociedade para os diferentes papéis e funções das sociedades agrícolas que permeiam diversas atividades, incluindo aquelas que não estão totalmente inseridas na esfera do agrícola. Essas organizações são essenciais à manutenção da diversidade da vegetação, produção de oxigênio, captação de carbono, produção de água, reprodução da

fauna. Todas essas condicionantes são essenciais à existência da biota, que acolhe todo o complexo social.

No caso específico deste trabalho, será abordada a experiência da comunidade de Boa Vista dos Pinhos, localizada no município de Presidente Juscelino/MA, onde a principal atividade econômica é a farinha de mandioca. Esse produto possui interessante mercado construído por sua qualidade e pela diferença das outras produções da mesma região, em especial aquelas que degradam o ambiente onde são cultivadas.

A farinha é fruto de um processo tradicional, no qual as relações sociais são fortalecidas por meio dos laços de parentesco, compadrio e consideração, construídos historicamente como elemento central de resistência e luta para permanecer em uma terra cuja propriedade é privada.

Segundo as famílias de agricultores de Boa Vista dos Pinhos, a farinha, para ser beneficiada, necessita de água pura, o que tem garantido a diferenciação desse produto em relação às demais farinhas do estado do Maranhão. Estas, ao utilizarem os recursos hídricos de forma inapropriada, têm gerado um passivo ambiental importante, pois o consumo de farinha de mandioca ainda é uma tradição bastante difundida entre a população maranhense.

Em Boa Vista dos Pinhos, a água utilizada para a produção de farinha de mandioca advém de igarapés, onde são cultivadas florestas de juçara pela população local. Tal cultivo permite que surjam as condições de temperatura e luminosidade adequadas, mantendo-se na principal fonte de renda monetária dessas famílias de camponeses durante cinco meses do ano.

O mercado é visto pelos camponeses como o meio necessário para que as suas organizações possam construir as estratégias de geração de renda e não o fim de suas atividades econômicas. Esse mercado é norteador dos processos de adequação de sua cultura produtiva às transformações impostas pelos problemas ambientais, consequência do mau uso e de uma visão muito distante daquela adotada pelas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural.

Por meio da observação participante nas atividades cotidianas da comunidade de Boa Vista dos Pinhos, bem como da aplicação de questionários semiestruturados, foram desenvolvidas estratégias necessárias ao desenvolvimento desta pesquisa. Por meio da coleta de informações primárias na comunidade, os dados surgiram e subsidiaram a elaboração de textos dissertativos, apoiados em

referências bibliográficas sólidas, indispensáveis à sua validação.

A transição da economia de autoconsumo para a economia de mercado

Karl Polanyi (1980, p. 60), na sua obra “A Grande Transformação” (1980), considera que “a história e a etnografia conhecem várias espécies de economia”. Portanto, para o autor, a discussão econômica é comum à questão social, não existindo possibilidades de serem dissociadas.

A partir de tal constatação, é possível construir significados bem diversos para o termo economia, deixando de ser uma sinonímia do processo de mercantilização formal e nem uma referência única às questões de recursos financeiros, que pauta novos olhares e diferentes perspectivas econômicas.

Para Paul Little (2014), essa tendência de classificação das economias surge na época do pós-Segunda Guerra Mundial, quando os temas do desenvolvimento econômico e da descolonização das nações da África, da Ásia e do Caribe viraram uma problemática com escopo mundial. Essas temáticas tinham que ser necessariamente discutidas, não estando em voga a questão ambiental, como é na atual quadra histórica.

Foi nessa época que os países do mundo foram divididos conceitualmente em três grandes blocos: o Primeiro Mundo dos países industrializados e com economias capitalistas; o Segundo Mundo dos países sob o controle do comunismo soviético; e o Terceiro Mundo dos países considerados “subdesenvolvidos”, ou, como foram chamados posteriormente, países “em vias de desenvolvimento (LITTLE, 2014). Segundo a divisão internacional do trabalho, esses países tinham a função precípua de fornecer matérias-primas para os países ditos desenvolvidos, sendo suas sociedades receptoras de hábitos e costumes praticados por seus exploradores.

Os países de terceiro mundo, na perspectiva apresentada acima, eram caracterizados como potenciais receptáculos de tecnologias para estimular o desenvolvimento interno, sem ter que reconhecer tudo aquilo que historicamente foi construído por suas populações originárias e destruído pelos processos de apropriação territorial. Nesse contexto foi vinculado às sociedades rurais o único papel de fornecedores de alimentos para as cidades. Essa produção seria capaz de trazer desenvolvimento econômico sem que fossem percebidas as

características indenitárias e de reprodução social. Estas, ao serem entrelaçadas, formatam a cultura produtiva.

Posteriormente, com a entrada em pauta da questão ambiental, reforçou-se o protagonismo das sociedades originárias na responsabilidade de cuidar da natureza e da cultura produtiva local. Notou-se uma enorme diferença entre alimentos e *commodities* agrícola, principalmente no que diz respeito à manutenção da saúde humana. Portanto, aquela ideia iniciada no pós-guerra ganhou antagonistas, principalmente na submissão de todas as distintas sociedades rurais a um mesmo destino, a uma mesma função, ou seja, aos sujeitos do processo neoliberal da economia.

Reis (1988) argumenta que, nas sociedades contemporâneas, o esgotamento dos modelos centralizados de desenvolvimento tem trazido para a ribalta a questão da natureza segmentada, diferenciada da organização econômica e social. Para o autor, o local é, nesse contexto, uma redescoberta que, especificamente no caso deste trabalho, se apresenta formatada a partir de um modelo tecnológico, capaz de garantir a sua reprodução social.

Reis (1988) também observa que a ocupação territorial não se constitui em um simples arranjo dos fatores de produção, os quais determinam a ocupação do trabalho existente, associado às condições ambientais, mas sim na relação das ações iniciar, desenvolver e potencializar funções produtivas. Essas funções vão ser marcas indelévels de suas identidades, sendo estas as responsáveis pela continuidade dos grupamentos sociais.

A reprodução social é garantida por diferentes produtos que advêm desse modelo próprio de transformação dos recursos naturais locais e que foge completamente da lógica de mercantilização pura e simples. Esse cenário configura uma cultura produtiva que só é evidenciada naquele grupamento específico, podendo ser caracterizada como uma síntese sociológica.

Essa cultura produtiva se constitui no conjunto de técnicas e processos que, concatenados, formatam produtos exclusivos daquele grupamento social. Tal exclusividade permite que seja evidenciado um conjunto de outras atividades laborais, as quais também servem de suporte para forjar sua identidade produtiva vital e dar continuidade àquele modelo econômico.

Essas atividades organizadas se constituem em produtos utilizados no dia a dia das sociedades. Esses produtos são potencializadores do desenvolvimento

local, uma vez que suas características são únicas. Para existir, os produtos necessitam de um conjunto de fatores distintos da ordem humana, como o meio ambiente onde estão localizados esses sistemas complexos.

Os territórios identificam-se também por serem espaços de funções econômicas, ou seja, por iniciarem, desenvolverem e potencializarem processos relacionais de estruturação produtiva, originando materialidades econômicas particulares em cujo contexto de funcionamento as interferências de ordem local podem ser significativas. (REIS, 1988, p. 37)

Santos (2004) observa que existem quatro princípios diferenciados de integração econômica, o de mercado (oferta e procura de bens ou serviços), o de redistribuição (por parte de uma entidade central), o de reciprocidade (relação de partilha entre as pessoas) e o de administração doméstica ou domesticidade (produção para autoconsumo). Esses modelos, embora apresentados separadamente, podem estar presentes no mesmo sistema econômico, fortalecendo ainda mais o argumento da autenticidade indenitária discutido neste texto.

Nesse contexto, as teorias apresentadas são centrais para o entendimento das atividades econômicas desenvolvidas pelas comunidades tradicionais, pois estas lançam mão de forma muito autônoma dos elementos que sempre têm a necessidade de validação de suas identidades. Essas identidades são expressas em produtos que carregam uma digital social e ambiental, caracterizada principalmente pela forma com que os recursos naturais são transformados em produtos por meio do trabalho das sociedades originárias, distante dos princípios capitalistas de escala de produção.

Diferente das outras sociedades, os camponeses constroem seus mercados com base nas características de seus produtos diferenciados. Em contrapartida, esses produtores conseguem um número menor de compradores. Ainda assim, quem optar em consumi-los, será bem mais fiel à preservação das identidades construídas socialmente, já que os compradores não são meros caçadores de ofertas.

Essa fidelidade é garantida pela satisfação dos consumidores em relação aos produtos da agricultura camponesa, uma vez que estes são sempre mais frescos, com procedência conhecida. O seu sistema produtivo não traz prejuízo à saúde dos consumidores e, às vezes, tem um custo de produção um pouco maior do que os produtos comercialmente produzidos.

O fato é que nas sociedades capitalistas importa apenas a forma com que o produto chega até o consumidor final. O produto com menor custo não é tido como essencial. Para as sociedades tradicionais, o resultado da produção é tido como fundamental e estruturante do processo produtivo, pois garante a reprodução das mesmas por meio das identidades dos produtos expressa nos sistemas de produção.

Para os agricultores em questão, não importa a quantidade de produto consumida, mas o número de pessoas que conhece e reconhece os produtos por suas características indenitárias. Esse reconhecimento fortalece ainda mais o potencial de desenvolvimento dessa abordagem.

A reciprocidade é uma moeda muito valorizada pelas famílias de agricultores tradicionais, pois é o principal recurso para garantir a realização dos trabalhos agrícolas que garantirão a efetivação dos sistemas produtivos. Esses sistemas são sincronizados com os fenômenos climáticos, que não dependem da disponibilidade de capital ou de qualquer outro recurso. Para isso, os agricultores lançam mão do fortalecimento das relações sociais como estratégia principal, o que garante o repasse da sua cultura produtiva no tempo e em quantidade suficiente para a reprodução do sistema econômico, característico das sociedades tradicionais.

Diante desses fatos, as relações sociais são fortalecidas e criam uma coesão social, maior característica desses agrupamentos, pois possibilita a continuidade das práticas sociais e tecnológicas exitosas, além do diagnóstico das práticas tecnológicas e sociais cujos resultados não foram satisfatórios, favorecendo a sua reestruturação. Essa complexa engenharia de fatores permite que os processos produtivos sejam replicados inúmeras vezes, garantindo às gerações futuras a adoção dessa tecnologia exitosa, a sua reprodução social e a utilização racional dos recursos naturais.

A administração doméstica é uma das principais características dos sistemas produtivos tradicionais, que objetivam, a partir das necessidades de seus praticantes, o seu referencial produtivo central, que é a criação de toda a sua estrutura. Por esse motivo, a administração doméstica não permite ser guiada por leis macroeconômicas genéricas, como, por exemplo, a lei da oferta e da procura. Logo, os produtores tradicionais não se tornam reféns dos mercados formais e sim indutores de uma nova forma de consumo, sem a necessidade de domesticação

de espécies vegetais e animais para que possam produzir o ano inteiro, sobretudo por meio de complexos processos tecnológicos.

Nesse contexto, apresenta-se uma discussão muito atual que traz uma homogeneidade às sociedades rurais sob a égide do agricultor familiar. Essas sociedades passam a ser orientadas por um modelo de gestão que tem como objetivo o aumento da produtividade para o vínculo das famílias de agricultores aos mercados de alimentos, o que seria o caminho final para o desaparecimento da autonomia produtiva. Assim, tal abordagem não tem a chance de obter êxito se utilizada para orientar o processo de desenvolvimento rural.

Não restam dúvidas de que o trabalho é realizado com a utilização da mão de obra familiar, mas o que está sendo discutido é uma questão bem diferente e que trata das estratégias de reprodução dessas sociedades, as quais não se baseiam em processos mercadológicos. Os produtos originários desses sistemas são sensivelmente mais complexos, pois não consideram pura e simplesmente os aspectos econômicos, não podendo ser classificados como de agricultores familiares.

Para a reciprocidade, outra leitura das relações econômicas e sociais é o princípio da troca, que não se refere apenas a uma forma de obtenção de produtos para o consumo, mas, sobretudo, a uma forma de construção coletiva do processo produtivo. Essa noção foge, mais uma vez, das características centrais da agricultura familiar, que corresponde à organização produtiva da unidade familiar de produção.

Tais perspectivas desconstruem propostas hegemônicas e apresentam um novo olhar sobre os sistemas econômicos tradicionais. Portanto, abre-se a possibilidade de construção de propostas alternativas de economia humana em matéria de desenvolvimento, tendo em vista uma outra lógica social e econômica.

Um exemplo claro disso são as roças familiares de Presidente Juscelino/MA, cidade sobre a qual este trabalho está fundamentado empiricamente. No contexto estudado, os outros produtos do sistema são, sob todos os aspectos, eminentemente superiores ao dinheiro ganho pelos agricultores no ato de comercialização da sua produção, principal objetivo perseguido.

Materiais e métodos

O materialismo histórico e dialético é o método estruturante desta pesquisa. Por meio da construção dos processos foram evidenciadas as adaptações feitas à tradicional tecnologia indígena de corte e queima, atendendo às necessidades da natureza viva e essencial à reprodução humana, social e ambiental.

Para a efetivação da referida pesquisa, buscou-se, como ferramentas qualitativas e quantitativas, uma aproximação das leituras e interpretações feitas sobre as atividades praticadas cotidianamente pelas famílias, carecendo, para isso, de uma imersão *in loco*, realizada durante quatro visitas à comunidade de Boa Vista do Pinhos, em Presidente Juscelino/MA.

Foram elaborados questionários semiestruturados, compostos por perguntas referentes à produção (quantidade produzida, variedade de produtos, métodos de plantio) e à utilização do trabalho humano. Também foram abordadas as formas de apropriação e conservação dos recursos naturais por essas sociedades, bem como dos produtos ambientais necessários à efetivação do processo de produção e beneficiamento da mandioca.

Simultaneamente, também foram averiguados outros produtos que oportunamente surgiam desse processo, formado por complexas e demoradas etapas. Feito isso, constatou-se o surgimento de uma gama de outros produtos que não são percebidos, mas são fundamentalmente necessários à reprodução social dessas comunidades.

Quanto à amostra, foram entrevistadas 8 (oito) famílias de agricultores, totalizando, aproximadamente, 13% (treze por cento) do total de famílias residentes na comunidade. Essas famílias se caracterizam por extrair da terra um significativo percentual de sua renda monetária. Além disso, desenvolvem atividades diferenciadas, originando rendas distintas. Do somatório das diferentes atividades e rendas comercializadas, constrói-se o valor final do processo.

Diante dos dados obtidos, os dados foram estruturados e interpretados, partindo-se para a construção de uma abordagem teórica que englobasse a complexidade do processo interdisciplinar e multicultural apresentado pela pesquisa. Surgiu, portanto, a necessidade de casar uma análise que fosse sociológica, ambiental e econômica, de modo a caracterizar as sociedades rurais amazônicas.

Da Sociologia Econômica ao Etnodesenvolvimento

As abordagens teóricas são essenciais para que o pensamento crítico do autor possa ser compreendido pelo leitor, pois valorizam cada detalhe mediante referências teóricas que fundamentam os pensamentos em questão.

Diante da reflexão acima, este trabalho propõe uma resignificação das leituras adotadas pelos agricultores diante de suas realidades e aponta saídas para o enfrentamento dos problemas apresentados em suas rotinas, sem perder de vista os seus objetivos de reprodução social. Propõe-se, portanto, uma abordagem do etnodesenvolvimento como episteme a ser construída.

Compreender as ações econômicas por meio de fatores ou variáveis sociológicas não deveria ser considerado um procedimento estranho, nem mesmo para o senso comum. Coerção, costume, crença, imitação ou obediência são fenômenos sociais que sempre foram utilizados para explicar os mais variados comportamentos econômicos (STEINNER, 2006). Nesses fundamentos está assentada a abordagem da sociologia econômica, com suas três principais vertentes, as quais não são suficientes para fazer uma leitura da complexidade das relações construídas entre homem e natureza. Essa dualidade é vivenciada cotidianamente pelas famílias de agricultores do povoado de Boa Vista dos Pinhos-Presidente Juscelino/MA.

De acordo com Swedberg (2004), existem três tradições principais em Sociologia Econômica: a tradição alemã, de *Wirtschaftssoziologie* (1890-1930); a tradição francesa, de *sociologie économique* (1890-1930); e a tradição norteamericana, de *economy and society* (anos de 1950). No que diz respeito à tradição francesa, representada por autores como Émile Durkheim, Marcel Mauss, François Simiand ou Maurice Halbwachs, ela compartilharia com a tradição alemã uma ênfase sobre o papel das instituições econômicas e sobre a dimensão cultural e simbólica dos fenômenos econômicos, além da recomendação de que o método da sociologia econômica deveria ser comparativo e histórico.

A principal diferença entre as tradições é o lugar da Sociologia Econômica: para os sociólogos alemães, ela poderia complementar a teoria econômica, cuja legitimidade não está sendo questionada; para os franceses, ela deveria substituir uma teoria econômica inútil, pois está baseada em premissas irrealistas.

O exemplo empírico apresentado neste trabalho é a produção agrícola que

respeita os limites impostos pelos recursos naturais, cuja principal função não atende apenas aos preceitos econômicos para ser compreendida, mas a busca por uma relação orgânica entre sociedade e natureza, aflorando uma interdependência que permite planejar atividades econômicas capazes de subsidiar o processo de desenvolvimento do território em questão. Para isso, serão utilizados os princípios fundantes do etnodesenvolvimento.

Na perspectiva em questão, faz-se necessário fugir das lógicas previamente concebidas e mergulhar fundo no universo das famílias de agricultores que desenvolvem o sistema agroecológico apresentado. Do ponto de vista metodológico, a abordagem do etnodesenvolvimento se apresenta pertinente para entender as *epistemes* apresentadas por essas famílias. Diante disso, Pereira e Diegues (2010, p. 45) desenvolvem uma extensa narrativa “Devido à demanda global a favor da proteção da natureza, juntamente com o crescimento de correntes ambientalistas detentoras de perspectivas diferentes da preservacionista, as populações tradicionais passaram a ser”.

No momento em que parte da ciência e das instituições de pesquisa procuram entender as diferentes abordagens, a comunidade política internacional abre espaço para que essas discussões afluam e respaldem, por meio de financiamentos públicos, as práticas tradicionais desenvolvidas pelos agricultores.

Conhecimentos Tradicionais são um tema discutido em várias esferas internacionais com enfoques distintos, dentre as quais se destacam a Convenção para a Proteção da Biodiversidade (CDB, 1992), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a Organização Mundial do Comércio (OMC) por meio do Acordo TRIPS 16 e a Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas (DNUPI, 2007), entre outros. Também houve debates em espaços não ligados ao Sistema ONU, tais quais o Fórum Social Mundial (FSM) e em múltiplos locais de discussão de povos indígenas e minorias étnicas ao longo das últimas décadas. Apesar da multiplicidade de arenas (IDO, 2017, p. 67).

Essa perspectiva se apoia no entendimento de Santili (2005), que considera esses conhecimentos fundamentais para que o desenvolvimento venha a acontecer. Traça-se, então, uma trama complexa de fatores bióticos e sociais, os quais são apresentados como necessários à sobrevivência das sociedades rurais e que devem estar em consonância com o potencial ambiental existente:

Delimitamos assim o objeto de nosso estudo: os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Tal delimitação é necessária porque, evidentemente, os povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais produzem conhecimentos (tradicionais) e inovações em diversas áreas. Como exemplos, podemos citar as suas criações artísticas, literárias e científicas, tais como desenhos, pinturas, contos, lendas, músicas, danças, etc., que devem ser tutelados por meio do reconhecimento de seus direitos autorais coletivos.

[...] pretendemos nos restringir à análise dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, que vão desde técnicas de manejo de recursos naturais, métodos de caça e pesca, conhecimentos sobre os diversos ecossistemas e sobre propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas de espécies e as próprias categorizações e classificações de espécies de flora e fauna utilizadas pelas populações tradicionais. (SANTILLI, Juliana., 2005 p.65.).

Observando essa discussão, Damasceno Júnior (2017) observa a necessidade de inclusão dessas abordagens na arquitetura, elaboração, implementação e validação das políticas públicas de desenvolvimento rural. Para tanto, deve ser realizado um estudo prévio das realidades que, porventura, receberão as referidas políticas, abrindo o precedente para que as políticas absorvam a personalidade das sociedades onde serão implementadas.

Resultado e discussão

Damasceno Junior (2017) observa que uma das marcas mais fortes das sociedades rurais é a forma como elas se relacionam com a natureza. Essa relação é capaz de influenciar as ações desenvolvidas entre os indivíduos das distintas sociedades, formatando um meio de vida específico.

O autor acima também observa que o processo de construção das técnicas e práticas agrícolas está diretamente associado ao processo de organização e formulação de estratégias de reprodução social e consequente desenvolvimento rural, influenciando diretamente na sua capacidade de reprodução social. Para que isso aconteça, existe a necessidade do desenvolvimento de produtos que promovam a satisfação das necessidades nutricionais, associadas às potencialidades ambientais. Daí, aparece a figura da farinha de mandioca e de todos os produtos alimentares ou não, produzidos em cada contexto específico.

Dentre os fatores determinantes dessas relações, que são traçadas entre sociedades, natureza e sociedades, a forma de apropriação e utilização do meio físico é capaz de imprimir uma rotina produtiva que oferece suporte à evidência

do processo dialético. Logo, só existe farinha porque as condições ambientais foram suficientes para o desenvolvimento de tecnologias de organização social e produção de mandioca e beneficiamento.

Se as condições ambientais deixarem de existir, ainda haverá trabalho sendo transformado em produtos e que oportunizaria a vida dessas sociedades, embora desapropriados de sua cultura e tradições originais. Nesse âmbito, faz-se necessária a reconstrução de todo um processo que resultará em novas práticas para substituir as rotinas que se perderam durante essa descaracterização.

Constata-se que as sociedades tradicionais são constituídas, principalmente, pela necessidade de manutenção desses referenciais e, no momento em que estes são destruídos, o processo de resiliência social camponesa toma outros rumos, sendo estes bem distantes daqueles já utilizados, chegando até ao abandono do território e das atividades econômicas.

Esse processo é incapaz de produzir segurança social para que se possam traçar alternativas que venham garantir as mínimas condições de dignidade para quem foi desapropriado de sua história. Gera-se, então, um passivo impossível de ser mensurado sobre todos os aspectos analíticos. Esse processo pode ser observado diariamente nas manchetes dos jornais e em outros veículos de comunicação, que narram a fuga em massa das sociedades rurais rumo aos centros urbanos e ao aumento do exército de desempregados e de todos os problemas causados por ele.

A tecnologia de roça e queima

A roça e a queima correspondem a um processo pelo qual se evidencia a artificialização da natureza pelas sociedades rurais, com o objetivo precípuo de obtenção de produtos agrícolas para a satisfação de suas necessidades econômicas (DAMASCENO JÚNIOR, 2010), constituindo-se em uma atividade culturalmente construída.

A forma de obtenção da produção e a tecnologia utilizada no desenvolvimento da agricultura precedem a distinção das diferentes formas de transformação de produção em renda. Dessa maneira, é fundamental uma caracterização da forma de associação entre trabalho e terra para a obtenção de capital (financeiro ou não).

Para Damasceno Júnior (2010), a abertura da mata para a implantação de roças é uma técnica adotada há muitos anos pelos pequenos agricultores (principalmente os agricultores das sociedades tradicionais). Ao ser feita de forma adequada, produz poucos impactos ambientais.

Primeiramente, esse processo consiste em retirar a vegetação nativa, derrubando a floresta. Essa etapa acontece entre os meses de julho e agosto, imediatamente após a colheita das últimas culturas da roça do ano em curso. Em seguida, ocorre a queimada das partes das árvores que não foram retiradas, dando lugar à implantação das lavouras. Mesmo assim, as partes (troncos e raízes) são retiradas da área da roça para serem queimadas em outro local, todas amontoadas. Esse processo é denominado de "coivara".

A etapa seguinte consiste em resgatar as sementes produzidas na safra anterior e lançá-las ao solo na esperança que germinem e possam resultar em uma roça viçosa. A única espécie que é plantada de forma diferente é a mandioca, já que o seu plantio ocorre de maneira assexuada, por meio de estacas, ou seja, são colocadas no solo as hastes já germinadas da planta que não encontraram dificuldade para se fixarem. O período do ano em que essa prática ocorre é na estação chuvosa.

O preparo da área é efetuado de julho a dezembro, período do ano em que a incidência de chuvas é pequena. As lavouras são semeadas e cuidadas no período das chuvas, caracterizando um ciclo produtivo. Mais uma vez, a mandioca aparece nessa caracterização, pois o ciclo vegetativo dessa planta é superior ao ciclo anual que se baseia nas chuvas ou na escassez delas, perpassando por mais de um ciclo produtivo.

Após dois ou três ciclos de cultivo, a área é abandonada. A cada novo período, os agricultores adentram a mata para realizar as mesmas operações, voltando para a área que foi cultivada atualmente após quatro anos do abandono da área, caracterizando a rotatividade do sistema.

No sistema de produção da agricultura de corte e queima da Amazônia maranhense, as florestas secundárias representam a etapa de pousio da vegetação. A técnica de pousio é utilizada na agricultura desde a época do Neolítico e segue até os dias atuais como uma forma de conter a vegetação espontânea e manter a capacidade produtiva do solo (MAZOYER; ROUDART, 2001). Mesmo com a intensificação de técnicas mecanizadas na agricultura, várias

regiões do país ainda desenvolvem práticas de pousio para cultivar. Esse tipo de sistema é a base de produção de alimentos de grande parte das famílias que vivem na Amazônia maranhense.

Damasceno Júnior (2010) observa que tal sistema, do ponto de vista econômico e ambiental, é sustentável, mas, do ponto de vista demográfico, tal prática torna-se inadequada, necessitando sempre de abertura de novas áreas para a sua implementação ou diminuição do tempo de recuperação da vegetação, e redução da quantidade de cinza produzida na época da queima. Essas condicionantes tornam as áreas destinadas ao cultivo menos propícias ao desenvolvimento de culturas alimentares, principalmente sob o ponto de vista da fertilidade natural dos solos.

A principal consequência desse descompasso entre oferta de recursos naturais e crescimento populacional pode ser prospectada em um futuro próximo e corresponde à incapacidade do meio físico em fornecer os alimentos necessários à satisfação das necessidades alimentares da população rural. Damasceno Júnior (2010) chama atenção para os elementos acima colocados a partir da perspectiva econômica. O autor identifica que uma das principais causas do empobrecimento da população rural do Maranhão é a diminuição da produtividade e a necessidade de aumento da mão de obra.

Essas pesquisas de redefinição de padrões e tecnologias produtivas devem estar apoiadas nos conhecimentos adquiridos e acumulados pelos agricultores como forma de aceitação e posterior adoção. De outra forma, ao ameaçar a integridade cultural dessas sociedades, toda a intervenção será desprezada pelas sociedades rurais as quais forem destinadas.

O povoado de Boa Vista dos Pinhos, localizado no município Presidente Juscelino/MA, é caracterizado por ser uma comunidade de camponeses posseiros e que destina uma parcela da produção ao pagamento da renda dos proprietários de terra pelo seu uso. O restante é consumido, vendido ou doado.

Nessa perspectiva em que os direitos sobre a terra ainda não foram garantidos, as famílias camponesas são classificadas como posseiros. São observados níveis de insegurança fundiária latente e peculiar relativos a essa condição social das famílias pesquisadas, o que desperta de maneira autônoma outras capacidades de resistir subjugação, tornando-se resilientes.

A não solução dos problemas fundiários estimula uma diversificação maior

da produção e um desejo grande de substituição dos padrões tradicionais de produção agrícola. Contudo, paradoxalmente, a especialização do trabalho fez com que essas famílias desenvolvessem uma diferenciação na forma de produção da farinha, cuja matéria-prima é a mandioca, a qual é produzida a partir do uso da tecnologia de roça e queima, bem peculiar a todas as comunidades rurais.

A necessidade de aumentar a produção imposta pelo mercado consumidor fez com que essas famílias de agricultores desenvolvessem processos modernizantes da estrutura organizativa, efetivando o processo de mudança tecnológica e sem perder suas referências históricas.

Um diferencial desse processo organizativo em relação às outras sociedades rurais é a obrigatoriedade de pagamento de um percentual da produção aos proprietários das áreas que são cultivadas, o que atribui a esse sistema características peculiares às agriculturas da região.

Damasceno Júnior (2017) atesta que a principal atividade econômica das famílias de agricultores do povoado de Boa Vista dos Pinhos é a produção de farinha, pois esse produto, além de suprir parte das necessidades de segurança alimentar, possui potencial de gerar renda monetária aos camponeses, sendo aceito e procurado pelas outras comunidades adjacentes. Estas, muitas vezes, não são atendidas em função da demanda produtiva local ser pequena.

Diante desse cenário, os agricultores passaram a inovar na perspectiva de melhorar seus ganhos financeiros e manter os padrões de reprodução social, o que possibilitou a variação da tradicional tecnologia de roça e queima. Essa inovação trouxe resultados econômicos efetivos e quebrou os paradigmas estabelecidos pelas formas ocidentais de exploração dos recursos naturais.

Tradicionalmente, o pousio ocorre de forma espontânea, processo pelo qual a natureza se regenera em um período de até sete anos, podendo ser explorada novamente. Em Boa Vista dos Pinhos, após a colheita, são plantados pés de juçara que, ao crescerem, aumentam as possibilidades de brotação dos lençóis freáticos e garantem um aumento na renda monetária e a preservação dos padrões produtivos.

As atividades com potencial para a degradação ambiental passam a ser desconsideradas, já que é preciso preservar os recursos, especificamente a água, considerada um bem essencial para a continuidade da vida humana.

Ao observar as questões acima, percebe-se que o cenário é complexo. A

especialidade adquirida durante o processo de produção da farinha garante uma diferenciação positiva no preço final, ou seja, um melhor produto, distinto dos produtos produzidos por outras comunidades de camponeses. Tal fato faz com que essa segurança se transforme em frustração, pois, mesmo com os preços atraentes em virtude de uma qualidade diferenciada do principal produto, a farinha, este não se refere ao ganho econômico real. Em virtude das respostas negativas do solo, sobretudo quando se trata de produtividade, o atendimento das demandas apresentadas pelos mercados fica comprometido.

Uma das soluções encontradas pelas famílias de posseiros para os problemas de produtividade, comumente ocasionados pelas características edáficas, é a diversificação da produção com o uso de espaços menores, envolvendo outros tipos de produtos que também são demandados pelos mercados. Esses produtos são as hortaliças, dentre elas o coentro e a cebolinha, utilizados na preparação de pescados e obtidos artesanalmente na região.

A abóbora, o quiabo e o maxixe, destinados ao acompanhamento de um guisado de carne bovina, intitulado de cozidão, e ainda uma pequena (numericamente falando) produção de outras espécies vegetais, favorecem a manutenção dos referenciais culturais locais. Também é observada a produção de frangos, que, por meio da compra de insumos externos à unidade de produção, caracteriza uma transição do sistema tradicional de produção para um sistema onde é utilizada alguma tecnologia exógena, adquirida fora da comunidade.

A outra solução apontada pelas famílias de camponeses foi a reorganização social das mesmas, pois elas passaram a utilizar o trabalho de forma coletiva, o que oportunizou um significativo aumento da quantidade produzida e uma melhor distribuição da produção ao longo do calendário agrícola.

Em contrapartida, ao analisar os dados coletados e apresentados em Boa Vista dos Pinhos, notou-se uma relação de respeito e preservação do meio físico, pois dele também depende uma importante fonte de renda da sociedade local, a produção de juçara para o consumo e para a comercialização.

Apreendeu-se nas conversas que os agricultores pesquisados perceberam que, ao preservar os igarapés, as juçareiras irão continuar a produzir e a garantir mais uma fonte de renda para essas famílias. Assumiu-se, portanto, a função de preservar os mananciais hídricos, o que favorece a permanência das juçaras.

Observando as atividades ligadas ao extrativismo vegetal, afere-se que a

preservação dos padrões culturais também passa pelo consumo de juçara, visto que, além de consumir e comercializar, a juçareira é responsável pela manutenção de boas relações de parentesco e compadrio. A extração do líquido dos caroços é feita por meio de técnicas artesanais que são passadas pelas gerações de agricultores.

Tal processo acontece no momento em que outros capitais são valorizados, não sendo observado exclusivamente o capital financeiro, mas sim a doação de produtos a compadres, vizinhos e parentes, o que gera resultados econômicos positivos, principalmente aqueles referentes à alocação de mão de obra, que é muito necessária durante o processo produtivo. Assim, evita-se que gastos financeiros sejam efetuados e garante-se a continuidade de processo.

A troca de produtos do ecossistema por uma coesão social é um importante elemento característico desse sistema de produção e influencia a viabilidade contínua dessa atividade.

Nesse sentido, subir no pé de juçara com a tipoia amarrada nos pés é uma atividade cultural de cunho produtivo e de caráter indenitário, pois permite um respaldo econômico significativo e uma coesão social baseada na continuidade das atividades às gerações mais novas.

Dentro das práticas de transição, dos sistemas tradicionais artesanais para os sistemas tradicionais mais eficientes, do ponto de vista econômico, observou-se que algumas famílias adotam outras técnicas de beneficiamento da juçara, diferente das usualmente utilizadas. Esse tipo de adoção é uma forma de diminuir a penosidade do trabalho e aumentar a capacidade de produção, resultando em maiores quantidades.

Um fato que chamou muito a atenção durante a realização da pesquisa de campo foi que os camponeses de Boa Vista dos Pinhos estão buscando se organizar de forma diferente para enfrentar as dificuldades apresentadas pelo ambiente e pelo mercado. Uma nova ordem social foi trabalhada e essa ordem, hoje, é responsável pela determinação de como se cultiva, se produz, se beneficia e se comercializa a farinha produzida em Boa Vista dos Pinhos.

A queima da vegetação para a implantação de roçados continua, mas sem propiciar mudanças muito drásticas aos sistemas de produção. Do ponto de vista da tecnologia, o que houve foi a mudança no processo organizativo interno, sobretudo quando a força de trabalho passou a ser coletivizada, o que possibilitou

uma maior oferta de horas disponíveis a serem aplicadas à produção de mandioca. Logo, a tecnologia que foi alterada não foi a produtiva, contrariando o senso comum. Esse é o grande diferencial que torna a farinha produzida em Boa Vista dos Pinhos um produto requerido pelos mercados regionais.

Um fato que chama a atenção é que a penosidade do trabalho tem aumentado em função da degradação das áreas utilizadas para a plantação. Para contornar esse problema, os agricultores de Boa Vista dos Pinhos têm iniciado o uso de agrotóxicos, principalmente para inibir o surgimento da vegetação espontânea, o que, de certa forma, aproxima a produção tradicional do processo agrícola convencional, fazendo com que o processo de deslegitimação cultural seja evidenciado.

Uma outra importante mudança no sistema de produção agroecológica do povoado de Boa Vista dos Pinhos é a importância econômica que está sendo dada às culturas consideradas tradicionais, como, por exemplo, a juçara. Hoje em dia, a juçara é reconhecida pela população como um importante componente da renda monetária.

Muito além da produção de alimentos

A limpeza e a manutenção dos recursos naturais existentes são uma etapa muito importante na caracterização do sistema de produção, pois aglutina diversos aspectos de diferentes significados na mesma atividade. Esse fenômeno remete à necessidade que as sociedades têm de preservar os mananciais, as jazidas naturais, as espécies endêmicas de importância econômica, dentre outras que são essenciais para garantir a reprodução social por meio da preservação de seu meio de vida.

Para a observação de tais elementos, é necessário um importante trabalho que se destine a “dominar a natureza”. Na visão dos agricultores de Boa Vista dos Pinhos, trata-se de conhecer para melhor aproveitar os recursos naturais existentes e tornar a vida humana possível, dentro de um contexto ambiental específico. Sendo assim, torna-se fundamental a utilização da mão de obra de vizinhos e parentes, os quais respondem às necessidades apresentadas na certeza de que, quando precisarem de ajuda, serão prontamente atendidos pelas famílias que receberam a “dádiva”.

Um exemplo específico do fato acima citado é que alguns membros dessas comunidades não praticam o extrativismo da juçara, mas cultivam mandioca para fazer farinha. Essa atividade exige uma quantidade elevada de trabalho em um período específico do ano.

Nesse contexto, apresenta-se uma dependência clara dos sistemas de produção da natureza viva, materializada nos igarapés e nos juçarais, os quais, oportunamente, oferecem as condições para a brotação dos olhos d'água. A dádiva, fenômeno antropológico estudado por Mauss (1991), corresponde a um contrato e ao direito tácito de receber, no momento necessário, aquele trabalho "doador" para outros agricultores, ou grupo de agricultores, que possuem necessidades similares e culturas muito próximas. Esse fenômeno faz com que haja um complemento entre os produtos trocados.

Para Mauss (1991), as dádivas estão presentes em muitas sociedades, principalmente nas comunidades rurais. Elas possuem claramente o objetivo de troca de "presentes", de forma voluntária. Na verdade, os serviços são obrigatoriamente dados e retribuídos, sendo um importante elemento de coesão social e mantenedor das formas tradicionais de vida das sociedades.

Do ponto de vista da economia, Mauss (1991) observa que a dádiva é fundamental para a realização de tarefas maiores, as quais não poderiam ser desenvolvidas por apenas uma família de agricultor, pois a mão de obra disponível na unidade familiar não seria suficiente. Já do ponto de vista da produção agrícola, Mauss (1991) destaca que a dádiva pode ser considerada um presente, mesmo diante da obrigação da devolução, pois desse presente depende a sobrevivência do grupo doméstico.

Essa prática também pode ser observada em outros momentos nas comunidades rurais de Presidente Juscelino, por exemplo, como na hora da organização das festas religiosas, que, em sua maioria, festejam as dádivas da natureza.

Diante desse quadro, verificou-se uma relação de grande envolvimento das sociedades pesquisadas em práticas de limpeza dos igarapés e fontes, locais onde nascem as juçareiras, e dos espaços de produção de manga e caju, que também, ao observar o contexto da sazonalidade, se constituem em importantes componentes da renda monetária.

A aproximação das famílias de camponeses junto aos mercados formais

pode contribuir para uma perda da identidade cultural, enfraquecendo também a relação com o meio ambiente. O aumento da produtividade incide diretamente na substituição das tecnologias produtivas e na quebra dos padrões sociais. Esses padrões, para que sejam preservados, necessitariam de uma parada e reestruturação de todos os processos históricos, construídos e validados durante décadas de amadurecimento sobre as referidas formas de utilização dos recursos naturais em pleno processo produtivo. Para tanto, é preciso observar o caráter vital dessas atividades.

Assim, manifesta-se a real necessidade de estratégias de mercados próprios para esses produtores, tendo como principal característica a diferenciação dos produtos oriundos de comunidades tradicionais junto daqueles produzidos de forma comercial, principalmente pela sazonalidade e escala produtiva. Por outro lado, essas relações socioambientais também podem ser fortalecidas, uma vez que os produtos apresentados aos mercados carregam consigo as características culturais próprias das comunidades de origem dos mesmos. Esse fato é observado empiricamente nesta pesquisa.

Mauss (2001) destaca essa contradição e coloca a necessidade de se considerar o fato de que os produtos produzidos nas unidades familiares são frutos de um sistema social autóctone, carregados de simbolismos. Em outros contextos, esses produtos podem até não ter significados.

Os símbolos possuem características peculiares de uma determinada sociedade. Muitas vezes, eles não se traduzem em demanda de consumo, como consequência direta da produção de excedentes, com posterior destino aos mercados. Contudo, podem não ser absorvidos pelo processo de consumo, já que há uma diferença latente entre produtos comerciais e produtos de identidade.

Dessa distinção pode derivar a diferenciação entre produtos e mercadorias. As mercadorias são produzidas com a finalidade de satisfazer as necessidades alimentares e econômicas com a comercialização do excedente, gerando renda monetária, fundamental à vida dos camponeses.

As mercadorias, de acordo com o contexto onde estão inseridas, promovem mais do que a soberania alimentar, uma vez que são utilizadas para construir e manter a unidade social, preservar e valorizar aspectos de identidade e as tradições que são responsáveis por aquela cultura específica. As mercadorias são concebidas com a finalidade de satisfazer quem as produz, embora possuam um

grande potencial para serem utilizadas como produto. Com a perda das características iniciais e aquisição daquelas que os consumidores esperam encontrar, as mercadorias não possuem a identidade dos produtores, e sim a identidade dos compradores.

Esse fato é evidenciado em alguns produtos específicos, como o queijo de Minas, o abacaxi de Turiaçu, o queijo de São Bento, a melancia de Arari, a própria farinha mandioca produzida em Boa Vista dos Pinhos, a cultura das festas de Juçaral dos Pretos, dentre outros produtos.

Todos esses produtos da comunidade rural maranhense carregam a identidade do local onde são produzidos, constituindo-se em importantes elementos promotores do desenvolvimento, baseado em sistemas produtivos autóctones, conformados a partir dos meios de vida de cada grupo específico. Essa teoria está presente em vários trabalhos acadêmicos, sendo uma tendência a ser utilizada.

Nesse contexto, Kopytoff (2008) considera que, além dos aspectos sociais, surge a diferença entre produtos e mercadorias por seu valor econômico. O autor afirma que o atributo de produto ou mercadoria é dado localmente, por quem produz, observando principalmente a importância dele para a sociedade e satisfação de suas necessidades mais urgentes. Mesmo assim, não assumindo os valores de mercado, o produto possui um custo de comercialização mais elevado.

A diferença entre produto e mercadoria é subjetiva. No caso específico da farinha de Boa Vista dos Pinhos, dependendo do contexto, ela pode assumir o caráter de produto quando serve para o consumo alimentar das famílias, ou para dar sustentação às relações sociais locais. Contudo, também pode assumir o caráter de mercadoria quando é comercializada nos mercados locais, destinada à obtenção de renda monetária.

Em alguns casos específicos, as características dos produtos são expressas pelas identidades dos produtores e pelo desejo dos consumidores. Assim, constituem-se em experiências exitosas de geração de renda, sobretudo com a preservação das características culturais, sem perder de vista a preservação dos produtos da natureza. Esse exemplo é ideal, pois unifica as finalidades do produto.

À guisa de conclusão, observa-se que, mesmo com acesso à terra e mão de obra disponível, o fator de produção “capital”, representado nesta discussão pela tecnologia desenvolvida, encontra-se cada vez mais presente na vida da

sociedade de Boa Vista dos Pinhos, sendo implementada de maneira prática e gradativa. Sempre que surge uma fissura ambiental ou social, são fundamentais pesquisas e estudos, além de definições de padrões que atendam às necessidades de utilização racional dos recursos naturais, gerando renda e desenvolvimento às famílias de agricultores.

Nesses termos, o potencial tecnológico desse sistema, o qual se baseia na produção de água para aumentar a capacidade de beneficiamento da mandioca produzida, perde importância e faz com que a sociedade local abra mão de seus padrões tradicionais de produção. Deixa-se, assim, de se dar importância às interações entre homem e natureza.

Considerações finais

A escalada das sociedades rurais rumo à economia de mercado pode acarretar em perdas substanciais relacionadas, acima de tudo, aos aspectos indenitários e degradação dos recursos naturais, fundamentais para garantir a reprodução humana e social desses grupamentos.

Mediante essa constatação, é fundamental encontrar um ponto de equilíbrio entre produção, identidade e equilíbrio ambiental, levando em consideração os processos compreendidos, construídos e evidenciados pelas sociedades tradicionais, em especial as rurais, pois elas apresentam um grau maior de dependência dos recursos da natureza viva.

Nas comunidades rurais, os processos gerenciais não são centralizados, cabendo a cada grupo social desempenhar uma função específica, o que dificulta sobremaneira a organização dos processos produtivos. Tal fato também é evidenciado na dependência dos recursos naturais, que não possuem uma periodicidade linear.

Nesse sentido, o caráter positivista, “inovador” e transformador das tecnologias deve ser substituído por técnicas bem apuradas de percepção e apuração das realidades e metodologias destinadas à solução dos problemas cotidianos, pois o novo nesse contexto se opõe a velho, atrasado. Nessa leitura específica, velho e atrasado correspondem a obsoleto, interpretação que não cabe na leitura que está sendo apresentada neste artigo. Aqui, essas práticas assumem um caráter modernizador de gestão ambiental e social eficaz, com uso

de recursos naturais disponíveis e apoiadas em demandas de consumo. Essas demandas são apresentadas pelo mercado formal e pela manutenção de suas identidades.

No caso específico desse sistema, inicialmente era esperado que o mesmo produzisse farinha e juçara, dois produtos com importância na soberania alimentar das famílias de agricultores de Boa Vista dos Pinhos. Entretanto, é garantido a esse sistema uma complexidade muito mais ampla, sendo produzidos com exuberância os serviços ambientais sistêmicos.

Dentre os produtos considerados mais importantes estão a água, que aflora dos lençóis freáticos (potencializado pela sombra das árvores plantadas pelos camponeses); os peixes, que têm seu habitat natural preservado; oxigênio, advindo da fotossíntese das árvores; e gás carbônico, proveniente das camadas atmosféricas. Este contribui muito para a diminuição do aquecimento global.

O equilíbrio proposto foge da lógica cartesiana apresentada pela teoria capitalista e mergulha nas análises cosmológicas de cada sociedade específica, tendo validado seus preceitos e dado origem a processos que orientam, norteiam outras experiências, não devendo ser copiado. Ao se reportarem a outras realidades, as soluções encontradas podem não ser adequadas.

Desse processo de preservação dos recursos hídricos surge uma outra potencialidade que pode dar sustentação econômica e produzir desenvolvimento à comunidade de Boa Vista dos Pinhos: a possibilidade do aumento da produção de farinha de mandioca, principal produto que é comercializado pelos agricultores dessa localidade.

A harmonia social impulsiona a harmonia ambiental, que promove a reprodução das espécies de plantas, animais, sociedades e, também, dos elementos necessários à continuidade do sistema em questão. Essa atividade pode ser replicada por muito tempo, quebrando por meio de processos de gestão e organização da produção um dos principais paradigmas do processo produtivo: a utilização indiscriminada dos recursos naturais.

Referências

DAMASCENO JÚNIOR, Jackson Bouéres. **Estrutura fundiária e renda: uma análise a partir dos processos autóctones de ordenamento agrário e de produção**. 2017. 183f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande

do Sul, Porto Alegre, RS, 2017. <http://hdl.handle.net/10183/172670>

DAMASCENO JÚNIOR, Jackson Bouéres. **Impacto dos mercados institucionais na agricultura familiar no município de Zé Doca, Maranhão**. 2010. 65f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, 2010. www.agroecologia.uema.br/wp-content/plugins/download...download.php?id=544. Acesso em: 10 jun. 2015.

IDO, Vitor Henrique Pinto. **Conhecimentos Tradicionais na Economia Global**. 2017. 50f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2017. <https://repositorio.usp.br/item/002880422>

KOPYTOFF, Igor. **A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo**. In: APPADURAI, Arjun (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2008.

LITTLE, Paul E. **Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global**. *Tellus*, v. 3, p. 33-52, 2014. <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v0i3.23>

MAUSS, Marcel. **Dynamique des systèmes agraires**. Paris, France: Ministère de la Recherche et de l'Enseignement Supérieur, 1991. (Rapport de Synthèse).

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 2009.

PEREIRA, Bárbara Elisa; DIEGUES, Antonio Carlos. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação**. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, v. 22, 2010.

POLANYI, Karl. **A grande transformação, as origens da nossa época**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1980.

REIS, José. **Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais**. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 25/26, p. 127-141, 1988. <http://hdl.handle.net/10316/11700>

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos-Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. Editora Peirópolis LTDA, 2005.

SANTOS, António Bob. **Necessidade de uma economia solidária: a visão de Karl Polanyi sobre os mercados**. *Research Papers in Economics (RePEc)*, 2004.

STEINER, Philippe. **Sociologia Econômica**. São Paulo, SP: Atlas, 2006.

SWEDBERG, Richard. **Sociologia econômica: hoje e amanhã**. *Tempo social*, v. 16, n. 2, p. 7-34, 2004.